

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2025

CONTRATANTE (UASG)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3ª
REGIÃO FISCAL (170040)

OBJETO

Aquisição de Materiais Permanentes

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 508.192,80 (quinhentos e oito mil, cento e noventa e dois reais e
oitenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/02/2025 às 09h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

PARA OS ITENS DE 01 A 09 E 11 A 35



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Edital 18/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2024	170040-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 3A.RF/CE	JOSE LEANDRO MENEZES PARENTE	16/01/2025 15:22 (v 7.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	90007/2023	13075.180969/2024-17

1. Do Objeto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA TERCEIRA REGIÃO FISCAL

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

(Processo Administrativo nº 13075.180969/2024-17)

Torna-se público que a Superintendência Regional da Receita Federal na Terceira Região Fiscal, por meio da Divisão de Programação e Logística, sediada na Rua Barão de Aracati, nº 909, Aldeota, Fortaleza/Ceará, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais permanentes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do Registro de Preço

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. Da Participação na Licitação

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os itens 01 a 09 e 11 a 35, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.11. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.12. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. Da Apresentação da Proposta

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4.. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do Preenchimento da Proposta

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1.valor unitário do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante, **se houver**;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da Abertura da Sessão

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,1% (um décimo por cento)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores /inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21.3. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da Fase do Julgamento

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde

que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. Da Fase da Habilitação

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. Do Termo de Contrato

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. Da Ata de Registro de Preços

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. Da Formação do Cadastro de Reserva

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1 .A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. Dos Recursos

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio Serviço de Licitações /DIPOL, da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal, Rua Barão de Aracati, 909 – 4º andar, Bairro Aldeota, Fortaleza/CE, ou poderão ser solicitados pelo e-mail licitacao.srrf.rf03@rfb.gov.br

13. Das Infrações Administrativas

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à

autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14. Da Impugnação ao Edital

14.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao.srrf.rf03@rfb.gov.br

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. Das Disposições Gerais

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

15.11.1.2. Apêndice do Anexo II – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

15.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

15.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preço

15.11.4. ANEXO IV – Modelo de Conhecimento das Condições Contidas no Edital e seus Anexos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GIOVANNI BRIGIDO BEZERRA CARDOSO

Supervisor da EQLIC/DIPOL/SRRF03



Assinou eletronicamente em 16/01/2025 às 15:22:59.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia.pdf (633.81 KB)
- Anexo II - Minuta de Ata de Registro de Preço Alterada.pdf (141.37 KB)
- Anexo III - Modelo de Proposta de Preço.pdf (96.23 KB)
- Anexo IV - Modelo de Conhecimento das Condições Contidas no Edital e seus Anexos.pdf (84.71 KB)

ANEXO I DO EDITAL

Termo de Referência 1/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2025	170040-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 3A.RF/CE	JOSE LEANDRO MENEZES PARENTE	16/01/2025 11:29 (v 6.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		13075.108330/2024-04

1. Definição do Objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de bens permanentes que devem ser fornecidos conforme for(em) demandado(s), durante os 12 meses de vigência da contratação, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
-	01	Micro-ondas: capacidade mínima de 27L; cor branca; display interativo; função descongelamento; prato giratório em vidro; dispositivos e travas de segurança; iluminação interna; 220 volts; garantia mínima de 12 meses; nível A de consumo de energia, com certificação do INMETRO; deverá acompanhar manual do fabricante.	399105	Unidade	23	R\$ 811,98	R\$ 18.675,54
-	02	Refrigerador duplex; tensão 220V; capacidade mínima de refrigeração: 375 litros; cor branca; tipo portas fixas; sistema degelo frost free; temperatura operação congelador -10 °C a 0° C;	427602	Unidade	11	R\$ 3.217,56	R\$ 35.393,16

		garantia mínima de 12 meses; nível A de consumo de energia, com certificação do INMETRO; deverá acompanhar manual do fabricante.					
-	03	Gelágua; Bebedouro tipo gelágua, capacidade de reservatório de 1,8L, refrigeração por compressor, com termostado frontal, de acordo com a NBR 13972, dimensões aproximadas: 100,7 x 31,8 x 32,1 cm, peso bruto aproximado: 12,60kg, tensão 220V.	314817	Unidade	18	R\$ 844,63	R\$ 15.203,34
-	04	Frigobar, capacidade 93L, cor branca, eficiência energética A, 12 meses de garantia, dimensões aproximadas 44,4 x 84,3 x 48,5cm, peso 19,0kg, tensão 220V.	436864	Unidade	11	R\$ 1.355,09	R\$ 14.905,99
-	05	Cafeteira elétrica, com filtro removível, jarra de vidro, capacidade de 15 xícaras, peso aproximado 942g, voltagem 110/220V.	619776	Unidade	17	R\$ 313,70	R\$ 5.332,90
-	06	Fogão elétrico tipo cooktop, 4 bocas, acendimento automático, voltagem 110/220V.	620717	Unidade	10	R\$ 1.580,16	R\$ 15.801,60
-	07	Televisor 32"; Smart TV de 32", LED, frequência nativa 60Hz, com Wi-Fi integrado, espelhamento de tela, bluetooth. Entradas HDMI (mínimo duas), LAN, USB, Tensão Bivolt (automático).	601706	Unidade	07	R\$ 1.395,61	R\$ 9.769,27
-	08	Televisor 55"; Smart TV de 55", LED, tela plana, 4K, frequência nativa 60Hz, com Wi-Fi integrado, espelhamento de tela, bluetooth. Entradas HDMI (mínimo três), LAN, USB, Tensão Bivolt (automático).	601702	Unidade	09	R\$ 2.975,49	R\$ 26.779,41
		Televisor 70"; Smart TV de 70", LED, tela plana, 4K, frequência nativa 60Hz, com Wi-Fi					

-	09	integrado, espelhamento de tela, bluetooth. Entradas HDMI (mínimo três), LAN, USB, Tensão Bivolt (automático).	484399	Unidade	06	R\$ 4.821,43	R\$ 28.928,58
-	10	Fragmentadora 25 folhas, em partículas de 4 x 4mm, CD/cartão/clips /grampos, cesto de 81L, funcionamento contínuo, potência do motor de 900 watts, nível de ruído máximo 54DB/A, peso aproximado 53kg, dimensões 900 x 500 x 400mm, Tensão 220V.	602491	Unidade	13	R\$ 7.972,98	R\$ 103.648,74
-	11	Ventilador de coluna, oscilante, regulagem vertical, grade 40 cm removível em polipropileno, 03 velocidades, 220V, tipo hélice, 06 pás, na cor preta, com base circular em polipropileno; haste em metal, com altura mínima de 1,20m e garantia mínima de 1 ano. Caixa 1 unidade.	262383	Unidade	89	R\$ 301,11	R\$ 26.798,79
-	12	Cadeira S/ Braços C/ Rodízio; Cadeira giratória, espaldra médio em tela, assento revestido em tecido na cor preta, mecanismos de ajuste, com encosto inclinável, com apoio de cabeça e na lombar. Garantia de 5 (cinco) anos.	306922	Unidade	10	R\$ 503,63	R\$ 5.036,30
-	13	Cadeira Diretor; Cadeira giratória, tipo diretor, espaldar alto, em tela, com apoio de cabeça, assento interno de resina, 490mm x 455mm, revestido em tecido lã, poliéster na cor preta, com suporte do encosto em alumínio, apoio lombar e de cabeça, garantia de 5 (cinco) anos.	257811	Unidade	56	R\$ 865,50	R\$ 48.468,00
-	14	Suporte para TV com pé até 85; Suporte para TV de 50 a 86 polegadas, universal, tipo pedestal, com base reforçada e coluna de fixação da TV, fabricada	470174	Unidade	08	R\$ 913,54	R\$ 7.308,32

		em aço carbono, na cor preta, altura regulável de até 1,8m, capacidade de carga 60kgs, com rodízio e bandeja de apoio.					
-	15	Aparador de grama com as seguintes características: - Punho de sustentação com ajuste regulável; - Fio de nylon para o corte de grama com avanço automático; - Trava para extensão elétrica; - Motor universal (escovas) com duplo rolamento blindado; - Elétrico, tensão 220V.	263377	Unidade	01	R\$ 306,59	R\$ 306,59
-	16	Carrinho de cargas, tipo plataforma, medidas: 1.20 m de comprimento, x 0,60m de largura x 1,00m de altura, capacidade até 500kg, fabricado em aço carbono, peso bruto 25kg, estrutura base feita com chapa cantoneira 35x35mm espessura 2.5mm e chapa base de 1.50, de espessura, composto de 4 rodas de poliuretano maciço tipo raiada 6x3, com tamanho de 6 polegadas (150 x 50m), com rolamento de esferas largas e reforçadas para cargas pesadas, na dianteira 2 rodízios giratório e traseira com sapata fixa.	387732	Unidade	04	R\$ 1.158,83	R\$ 4.635,32
-	17	Cadeira de Rodas, medindo 45,5cm, cor prata, material em alumínio, rápido ajuste do comprimento de pernas sem uso de ferramentas, com certificação Inmetro (Modelo de Ref. Start C1 Economy - Polior ou equivalente, similar ou de melhor qualidade).	424581	Unidade	04	R\$ 2.277,42	R\$ 9.109,68
		Paleteira hidráulica manual; capacidade de					

-	18	carga de 3.000kg; estrutura reforça em ferro fundido; comprimento dos garfos: 1376mm; largura de cada garfo: 160mm; distância (interna) entre os garfos: 370mm; distância (externa) entre os garfos: 690mm; altura mínima do chão: 80mm; altura máxima do garfo: 200mm; rodas duplas em nylon; movimentação e elevação manual; descida regulável; peso aproximado: 73kg.	444101	Unidade	02	R\$ 2.374,44	R\$ 4.748,88
-	19	Televisor 75"; Smart TV 75 polegadas, tela LED, Wi-Fi integrado, resolução 4K, conexão Bluetooth, mínimo 3 entradas HDMI e 2 USB, Tensão Bivolt. Lançamento do modelo entre os anos de 2022 e 2024. Referência Samsung, LG ou equivalente, similar ou de melhor qualidade.	486188	Unidade	04	R\$ 5.291,07	R\$ 21.164,28
-	20	Poltrona com revestimento impermeável em tecido sintético courino, couro natural ou suède na cor bege. Enchimento do assento em espuma D28. Enchimento do encosto em espuma D18. Braços e pernas em madeira maciça tratada de cor avermelhada (referência Louro Freijó ou equivalente, similar ou de melhor qualidade). Dimensões aproximadas: largura 66 cm, profundidade 73cm, altura total 78 cm. Capacidade mínima de peso: 120 kg.	469155	Unidade	05	R\$ 938,15	R\$ 4.690,75
		Cadeira fixa sem apoio para os braços, assento com estofado em espuma injetada de alta qualidade em					

-	21	aproximadamente 33 mm, revestida em tecido na cor preta e partes metálicas em pintura epóxi preta. Dimensões aproximadas: largura 42 cm, profundidade 50 cm, altura do chão até o assento: 46cm, altura total 83 cm. Capacidade mínima de peso: 95 Kg	483032	Unidade	04	R\$ 244,30	R\$ 977,20
G01	22	Cadeira para auditório empilhável com braços com base fixa. Acerca do encosto e do assento, devem ser anatômicos, com base fixa, dotados de espuma anatômica injetada com espessura de aproximadamente 30 mm. O revestimento do assento e encosto é em tecido ou Corvin/vinil na cor verde, referência Pantone 369 ou equivalente. Estrutura e braços em aço com pintura epóxi na cor preta. Deve suportar aproximadamente 120 kg, dimensões aproximadas: assento com largura de 0,50 m e profundidade de 0,45m; encosto com largura de 0,50 m e altura de 0,33 m; altura total: 0,85 m.	224923	Unidade	25	R\$ 523,48	R\$ 13.087,00
G01	23	Cadeira para auditório empilhável com braços com base fixa. Acerca do encosto e do assento, devem ser anatômicos, com base fixa, dotados de espuma anatômica injetada com espessura de aproximadamente 30 mm. O revestimento do assento e encosto é em tecido ou Corvin/vinil na cor azul, referência Pantone 281 ou equivalente. Estrutura e braços em aço com pintura epóxi na cor preta. Deve suportar aproximadamente 120 kg, dimensões aproximadas: assento com largura de 0,50 m e profundidade de 0,45 m;	224923	Unidade	25	R\$ 523,48	R\$ 13.087,00

		encosto com largura de 0,50 m e altura de 0,33 m; altura total: 0,85 m.					
G02	24	Armário Baixo. Armários executado em chapas de MDF (Medium-density Fiberboard) com acabamento laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). O móvel deve apresentar 2 portas com dobradiças embutidas realizando o movimento máximo de abrir, as portas possuem fechadura instalada e puxadores metálicos. Internamente deve conter 1 prateleira interna na mesma materialidade no móvel. Os pés devem ser dotados de rodízios. Dimensões aproximadas de 80 cm de largura, 50 cm de profundidade e 72cm de altura, para cada armário desta tipologia.	255232	Unidade	05	R\$ 798,68	R\$ 3.993,40
G02	25	Armário Arquivo. Armários executado em chapas de MDF (Medium-density Fiberboard) com acabamento laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). O móvel deve apresentar 2 portas com dobradiças embutidas realizando o movimento máximo de abrir, as portas. As portas devem possuir fechadura instalada e puxadores metálicos. Internamente deve conter 5 prateleiras na mesma materialidade no móvel. Os pés devem ser dotados de sapatas reguláveis. Dimensões aproximadas de 80 cm de largura, 50 cm de profundidade e 160 cm de altura, para cada armário desta tipologia.	359764	Unidade	03	R\$ 1.844,54	R\$ 5.533,62
		Baú Canto					

G03	26	Alemão. Canto alemão modular do tipo baú, com estrutura em chapas de MDP ou MDF com acabamento laminado melamínico na cor madeira natural avermelhada (referência Louro Freijó ou equivalente, similar ou de melhor qualidade). O móvel deve apresentar 1 porta com dobradiças embutidas com amortecedores, realizando o movimento máximo basculante na parte superior, a porta possui puxador do tipo cava ou concha redonda. Dimensões internas aproximadas de 1,20 m de largura, 52 cm de profundidade e 45 cm de altura, para cada baú desta tipologia. Carga máxima suportável: 120kg/assento e 15kg /baú.	607756	Unidade	02	R\$ 2.185,42	R\$ 4.370,84
G03	27	Baú Canto Sapateira. Banco modular do tipo baú, com estrutura em chapas de MDP ou MDF com acabamento laminado melamínico na cor madeira natural avermelhada (referência Louro Freijó ou equivalente, similar ou de melhor qualidade). O móvel deve apresentar 1 porta com dobradiças embutidas com amortecedores, realizando o movimento máximo basculante na parte superior, a porta possui puxador do tipo cava ou concha redonda. No nicho referente a sapateira,	607756	Unidade	02	R\$ 1.256,64	R\$ 2.513,28

		deve conter Internamente 1 prateleira na mesma materialidade no móvel. Dimensões internas aproximadas: 1,20m de largura, sendo 0,60 m para o baú e os outros 0,60m dedicados à sapateira; 52 cm de profundidade e 45 cm de altura, para cada baú desta tipologia. Carga máxima suportável: 120kg/assento e 15kg /baú.					
-	28	Móvel Aparador para Café. Armários executado em chapas de MDP com acabamento laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). O móvel deve apresentar 3 portas com dobradiças embutidas realizando o movimento máximo de abrir, as portas possuem puxadores do tipo cava ou concha redonda. Internamente deve conter 1 prateleira interna na mesma materialidade no móvel. Os pés devem ser dotados de rodízios. Dimensões aproximadas de 90 cm de largura, 33 cm de profundidade e 54 cm de altura.	622964	Unidade	01	R\$ 283,94	R\$ 283,94
		Mesa de escritório com tampo e painel frontal executado em MDP de aproximadamente 18 mm com acabamento laminado melamínico na cor branca ou cinza (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). No tampo da mesa deve constar elemento para passar fios. Painel frontal em MDP com aproximadamente 18mm de espessura e características de					

-	29	acabamento na cor branca ou cinza. A estrutura de sustentação deve ser dotada de apoios em aço com acabamento do tipo pintura eletrostática fosca ou acetinada na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Dimensões aproximadas de 120 cm de largura, 60 cm de profundidade e 73 cm de altura, para cada mesa desta tipologia.	445682	Unidade	06	R\$ 402,34	R\$ 2.414,04
-	30	Mesa Palestrante. Mesa reta com tampo e pés executado em MDP com 25 mm, com chapas dispostas na forma de arco homogêneo, acabamento em laminado melamínico na cor branca ou cinza (referência Formica L515 Branco Real, Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Pannel frontal em MDP com aproximadamente 18mm de espessura e características de acabamento nas cores branca ou cinza já especificadas. Pé painel com ponteiros sextavados reguláveis. Dimensões aproximadas de 150 cm de largura, 70 cm de profundidade e 73 cm de altura, para cada mesa desta tipologia.	613192	Unidade	04	R\$ 862,39	R\$ 3.449,56
-	31	Mesa modular. Mesa trapezoidal empilhável, modular, forma grupos de 06 mesas, executada em MDP com aproximadamente 18mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Bordas do tampo retas e com arestas arredondadas. Estrutura tubular de aço adotando acabamento em pintura	237571	Unidade	50	R\$ 896,63	44.831,50

		eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Base frontal com rodízios e demais apoios da base com sapatas fixa. Dimensões aproximadas de 0,72m de largura, 0,52m de profundidade e 0,71m de altura.					
-	32	Mesa de Canto. Mesinha de apoio quadrada em MDP com aproximadamente 18 mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). Bordas do tampo retas e com arestas arredondadas. Estrutura trapezoidal em aço, adotando acabamento em pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Dimensões aproximadas de 0,60m de largura, 0,60 m de profundidade e 0,53 m de altura.	607586	Unidade	02	R\$ 758,97	R\$ 1.517,94
-	33	Mesa redonda com tampo em MDP com aproximadamente 18 mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). Estrutura do tipo coluna central e base em aço, adotando acabamento em pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Diâmetro aproximado de 1,10m e altura em torno de 0,73 m.	483221	Unidade	02	R\$ 589,76	R\$ 1.179,52
		Mesa de apoio com tampo em MDP com aproximadamente 18 mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor cinza(referência					

-	34	Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Estrutura em aço e painel frontal em MDP com aproximadamente 18mm de espessura, adotando acabamento pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Dimensões aproximadas de 0,90m de largura, 0,60 m de profundidade e 0,73 m de altura.	612914	Unidade	02	R\$ 436,10	R\$ 872,20
-	35	Suporte para tapete de yoga. Rack para Tapete de Ioga para montagem em parede 9 Camadas, Material: Aço Ferro, Altura aproximada: 155 cm, Cor: Preto ou Branco, - Capacidade de armazenamento: 9 tapetes de ioga, acompanhamento de acessórios de montagem, impermeável, anti-ferrugem, serviço incluso de instalação. Superfície deve ser revestida com anti-oxidação e camada de tinta à prova d'água.	463273	Unidade	02	R\$ 1.688,16	R\$ 3.376,32
TOTAL							R\$ 508.192,80

Órgão Gerenciador: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3ª REGIÃO FISCAL – SRRF03 – UASG 170040

Estimativas de consumo individualizadas:

Equipamento	Descrição	Quantidade estimada por cada unidade			
		SRRF03	DRF/JNE	DRF/TSA	DRF/SLS
Microondas 27 Litros	Micro-ondas: capacidade mínima de 27L; cor branca; display interativo; função descongelamento; prato giratório em vidro; dispositivos e travas e segurança; iluminação interna; 220 volts; garantia mínima de 12 meses; nível A de consumo de energia, com certificação do INMETRO; deverá acompanhar manual do fabricante.	8	1	2	6
	Refrigerador duplex; tensão 220V; capacidade mínima de refrigeração: 375 litros; cor branca; tipo portas				

Refrigerador 375 Litros	fixas; sistema degelo frost free; temperatura operação congelador -10°C a 0° C; garantia mínima de 12 meses; nível A de consumo de energia, com certificação do INMETRO; deverá acompanhar manual do fabricante.	4	0	2	2
Gelágua	Bebedouro tipo gelágua, capacidade de reservatório de 1,8L, refrigeração por compressor, com termostado frontal, de acordo com a NBR 13972, dimensões aproximadas: 100,7 x 31,8 x 32,1 cm, peso bruto aproximado: 12,60 kg, tensão 220V.	6	2	3	4
Frigobar	Frigobar, capacidade 93L, cor branca, eficiência energética A, 12 meses de garantia, dimensões aproximadas 44,4 x 84,3 x 48,5cm, peso 19,0kg, tensão 220V.	5	0	1	1
Cafeteira Elétrica	Cafeteira elétrica, com filtro removível, jarra de vidro, capacidade de 15 xícaras, peso aproximado 942g, voltagem 110 /220V.	6	0	2	5
Fogão Elétrico	Fogão elétrico tipo cooktoop, 4 bocas, acendimento automático, voltagem 110/220V.	3	2	1	4
Televisor 32'	Smart TV de 32", LED, frequência nativa 60Hz, com Wi-Fi integrado, espelhamento de tela, bluetooth. Entradas HDMI (mínimo duas), LAN, USB, Tensão Bivolt (automático).	4	0	0	2
Televisor 55'	Smart TV de 55", LED, tela plana, 4K, frequência nativa 60Hz, com Wi-Fi integrado, espelhamento de tela, bluetooth. Entradas HDMI (mínimo três), LAN, USB, Tensão Bivolt (automático).	4	0	1	2
Televisor 70'	Smart TV de 70", LED, tela plana, 4K, frequência nativa 60Hz, com Wi-Fi integrado, espelhamento de tela, bluetooth. Entradas HDMI (mínimo três), LAN, USB, Tensão Bivolt (automático).	3	0	0	2
Fragmentadora	Fragmentadora 25 folhas, em partículas de 4 x 4mm, CD/cartão /clips/grampas, cesto de 81L, funcionamento contínuo, potência do motor de 900 watts, nível de ruído máximo 54dB/A, peso aproximado 53lg, dimensões 900 x 500 x 400mm, Tensão 220V.	4	0	0	2
Ventilador de Coluna	Ventilador de coluna, oscilante, regulagem vertical, grade 40 cm removível em polipropileno, 03 velocidades, 220V, tipo hélice, 06 pás, na cor preta, com base circular em polipropileno; haste em metal,	14	3	10	8

	com altura mínima de 1,20m e garantia mínima de 1 ano. Caixa 1 unidade.				
Cadeira S/ Braços C/ Rodízio	Cadeira giratória, espaldar médio em tela, assento revestido em tecido na cor preta, mecanismos de ajuste, com encosto inclinável, com apoio de cabeça e na lombar. Garantia de 5 (cinco) anos.	10	0	0	0
Cadeira Diretor	Cadeira giratória, tipo diretor, espaldar alto, em tela, com apoio de cabeça, assento interno de resina, 490mm x 455mm, revestido em tecido lã, poliéster na cor preta, com suporte do encosto em alumínio, apoio lombar e de cabeça, garantia de 5 (cinco) anos.	22	0	20	0
Suporte para TV com pé até 85"	Suporte para TV de 50 a 86 polegadas, universal, tipo pedestal, com base reforçada e coluna de fixação da TV, fabricada em aço carbono, na cor preta, altura regulável de até 1,8m, capacidade de carga 60kgs, com rodízio e bandeja de apoio.	4	1	1	1
Aparador de Grama	Aparador de grama com as seguintes características: - Punho de sustentação com ajuste regulável; - Fio de nylon para o corte de grama com avanço automático; - Trava para extensão elétrica; - Motor universal (escovas) com duplo rolamento blindado; - Elétrico, tensão 220V.	0	1	0	0
Carrinho de Carga	Carrinho de cargas, tipo plataforma, medidas: 1.20m de comprimento, x 0,60m de largura x 1,00m de altura, capacidade até 500kg, fabricado em aço carbono, peso bruto 25kg, estrutura base feita com chapa cantoneira 35x35mm espessura 2.5 mm e chapa base de 1.50, de espessura, composto de 4 rodas de poliuretano maciço tipo raiada 6x3, com tamanho de 6 polegadas (150 x 50mm), com rolamento de esferas largas e reforçadas para cargas pesadas, na dianteira 2 rodízios giratório e traseira com sapata fixa.	2	0	1	0
Cadeira de Rodas	Cadeira de Rodas, medindo 45,5 cm, cor prata, material em alumínio, rápido ajuste do comprimento de pernas sem uso de ferramentas, com certificação Inmetro (Modelo de Ref. Start C1 Economy - Polior, equivalente, similar ou de melhor qualidade).	0	0	1	0

Paletreira Hidráulica	Paletreira hidráulica manual; capacidade de carga de 3.000kg; estrutura reforça em ferro fundido; comprimento dos garfos: 1376mm; largura de cada garfo: 160mm; distância (interna) entre os garfos: 370mm; distância (externa) entre os garfos: 690mm; altura mínima do chão: 80mm; altura máxima do garfo: 200mm; rodas duplas em nylon; movimentação e elevação manual; descida regulável; peso aproximado: 73kg	2	0	0	0
Televisor 75"	Smart TV 75 polegadas, tela LED, Wi-Fi integrado, resolução 4K, conexão Bluetooth, mínimo 3 entradas HDMI e 2 USB. Lançamento do modelo entre os anos de 2022 e 2024. Referência Samsung, LG ou similar, equivalente, ou de melhor qualidade.	4	0	0	0
Poltrona	Poltrona com revestimento impermeável em tecido sintético couro, couro natural ou suede na cor bege. Enchimento do assento em espuma D28. Enchimento do encosto em espuma D18. Braços e pernas em madeira maciça tratada de cor avermelhada (referência Louro Freijó ou equivalente, similar ou de melhor qualidade). Dimensões aproximadas: largura 66 cm, profundidade 73cm, altura total 78 cm. Capacidade mínima de peso: 120 kg.	2	0	0	0
Cadeira Fixa	Cadeira fixa sem apoio para os braços, assento com estofado em espuma injetada de alta qualidade em aproximadamente 33 mm, revestida em tecido na cor preta e partes metálicas em pintura epóxi preta. Dimensões aproximadas: largura 42 cm, profundidade 50 cm, altura do chão até o assento: 46cm, altura total 83 cm. Capacidade mínima de peso: 95 Kg.	4	0	0	0
Cadeira Empilhável Auditório Verde	Cadeira para auditório empilhável com braços com base fixa. Acerca do encosto e do assento, devem ser anatômicos, com base fixa, dotados de espuma anatômica injetada com espessura de aproximadamente 30 mm. O revestimento do assento e encosto é em tecido ou Corvin/vinil na cor verde, referência Pantone 369 ou equivalente. Estrutura e braços em aço com pintura epóxi na	25	0	0	0

	cor preta. Deve suportar aproximadamente 120 kg, dimensões aproximadas: assento com largura de 0,50 m e profundidade de 0,45m; encosto com largura de 0,50 m e altura de 0,33 m; altura total: 0,85 m.				
Cadeira Empilhável Auditório Azul	Cadeira para auditório empilhável com braços com base fixa. Acerca do encosto e do assento, devem ser anatômicos, com base fixa, dotados de espuma anatômica injetada com espessura de aproximadamente 30 mm. O revestimento do assento e encosto é em tecido ou Corvin/vinil na cor azul, referência Pantone 281 ou equivalente. Estrutura e braços em aço com pintura epóxi na cor preta. Deve suportar aproximadamente 120 kg, dimensões aproximadas: assento com largura de 0,50 m e profundidade de 0,45 m; encosto com largura de 0,50 m e altura de 0,33 m; altura total: 0,85 m.	25	0	0	0
Armário Baixo	Armários executado em chapas de MDF (Medium-density Fiberboard) com acabamento laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). O móvel deve apresentar 2 portas com dobradiças embutidas realizando o movimento máximo de abrir, as portas possuem fechadura instalada e puxadores metálicos. Internamente deve conter 1 prateleira interna na mesma materialidade no móvel. Os pés devem ser dotados de rodízios. Dimensões aproximadas de 80 cm de largura, 50 cm de profundidade e 72cm de altura, para cada armário desta tipologia.	5	0	0	0
Armário Arquivo	Armários executado em chapas de MDF (Medium-density Fiberboard) com acabamento laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). O móvel deve apresentar 2 portas com dobradiças embutidas realizando o movimento máximo de abrir, as portas. As portas devem possuir fechadura instalada e puxadores metálicos. Internamente deve conter 5 prateleiras na mesma materialidade no móvel. Os pés devem ser dotados de sapatas reguláveis. Dimensões aproximadas de 80 cm de largura, 50 cm de profundidade e 160 cm de	3	0	0	0

	altura, para cada armário desta tipologia.				
Baú Canto Alemão	Canto alemão modular do tipo baú, com estrutura em chapas de MDP ou MDF com acabamento laminado melamínico na cor madeira natural avermelhada (referência Louro Freijó ou equivalente, similar ou de melhor qualidade). O móvel deve apresentar 1 porta com dobradiças embutidas com amortecedores, realizando o movimento máximo basculante na parte superior, a porta possui puxador do tipo cava ou concha redonda. Dimensões internas aproximadas de 1,20 m de largura, 52 cm de profundidade e 45 cm de altura, para cada baú desta tipologia. Carga máxima suportável: 120kg/assento e 15kg /baú	2	0	0	0
Baú Canto Sapateira	Banco modular do tipo baú, com estrutura em chapas de MDP ou MDF com acabamento laminado melamínico na cor madeira natural avermelhada (referência Louro Freijó ou equivalente, similar ou de melhor qualidade). O móvel deve apresentar 1 porta com dobradiças embutidas com amortecedores, realizando o movimento máximo basculante na parte superior, a porta possui puxador do tipo cava ou concha redonda. No nicho referente a sapateira, deve conter internamente 1 prateleira na mesma materialidade no móvel. Dimensões internas aproximadas: 1,20m de largura, sendo 0,60 m para o baú e os outros 0,60m dedicados à sapateira; 52 cm de profundidade e 45 cm de altura, para cada baú desta tipologia. Carga máxima suportável: 120kg/assento e 15kg /baú.	2	0	0	0
Móvel Aparador	Armário executado em chapas de MDP com acabamento laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). O móvel deve apresentar 3 portas com dobradiças embutidas realizando o movimento máximo de abrir, as portas possuem				

para Café	puxadores do tipo cava ou concha redonda. Internamente deve conter 1 prateleira interna na mesma materialidade no móvel. Os pés devem ser dotados de rodízios. Dimensões aproximadas de 90 cm de largura, 33 cm de profundidade e 54 cm de altura.	1	0	0	0
Mesa de Escritório	Mesa de escritório com tampo e painel frontal executado em MDP de aproximadamente 18 mm com acabamento laminado melamínico na cor branca ou cinza (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). No tampo da mesa deve constar elemento para passar fios. Painel frontal em MDP com aproximadamente 18mm de espessura e características de acabamento na cor branca ou cinza. A estrutura de sustentação deve ser dotada de apoios em aço com acabamento do tipo pintura eletrostática fosca ou acetinada na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Dimensões aproximadas de 120 cm de largura, 60 cm de profundidade e 73 cm de altura, para cada mesa desta tipologia.	6	0	0	0
Mesa Palestrante	Mesa reta com tampo e pés executado em MDP com 25 mm, com chapas dispostas na forma de arco homogêneo, acabamento em laminado melamínico na cor branca ou cinza (referência Formica L515 Branco Real, Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Painel frontal em MDP com aproximadamente 18mm de espessura e características de acabamento nas cores branca ou cinza já especificadas. Pé painel com ponteiros sextavados reguláveis. Dimensões aproximadas de 150 cm de largura, 70 cm de profundidade e 73 cm de altura, para cada mesa desta tipologia.	4	0	0	0
Mesa Modular	Mesa trapezoidal empilhável, modular, forma grupos de 06 mesas, executada em MDP com aproximadamente 18mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Bordas do tampo retas e com arestas arredondadas. Estrutura tubular de aço adotando acabamento em	50	0	0	0

	pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Base frontal com rodízios e demais apoios da base com sapatas fixa. Dimensões aproximadas de 0,72m de largura, 0,52m de profundidade e 0,71m de altura.				
Mesa de Canto	Mesinha de apoio quadrada em MDP com aproximadamente 18 mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). Bordas do tampo retas e com arestas arredondadas. Estrutura trapezoidal em aço, adotando acabamento em pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Dimensões aproximadas de 0,60m de largura, 0,60m de profundidade e 0,53m de altura.	2	0	0	0
Mesa Redonda	Mesa redonda com tampo em MDP com aproximadamente 18 mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). Estrutura do tipo coluna central e base em aço, adotando acabamento em pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Diâmetro aproximado de 1,10m e altura em torno de 0,73 m	2	0	0	0
Mesa de Apoio	Mesa de apoio com tampo em MDP com aproximadamente 18 mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Estrutura em aço e painel frontal em MDP com aproximadamente 18mm de espessura, adotando acabamento pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Dimensões aproximadas de 0,90m de largura, 0,60m de profundidade e 0,73m de altura.	2	0	0	0
Suporte para tapete de ioga	Rack para Tapete de ioga para montagem em parede 9 Camadas, Material: Aço Ferro, Altura aproximada: 155 cm, Cor: Preto ou Branco, - Capacidade de armazenamento: 9 tapetes de ioga, acompanhamento de acessórios de montagem, impermeável, anti-ferrugem, serviço incluso de instalação. Superfície deve ser	2	0	0	0

	revestida com anti-oxidação e camada de tinta à prova d'água.				
--	---	--	--	--	--

Órgão Participante: COLÉGIO MILITAR DE FORTALEZA/MEX – CE – UASG 160046

ITEM	MATERIAL	CIDADE DE ENTREGA	QUANTIDADE
1	Micro-ondas	Fortaleza/Ceará	6
2	Refrigerador Duplex	Fortaleza/Ceará	3
3	Gelágua	Fortaleza/Ceará	3
4	Frigobar	Fortaleza/Ceará	4
5	Cafeteira Elétrica	Fortaleza/Ceará	4
7	Televisor 32'	Fortaleza/Ceará	1
8	Televisor 55'	Fortaleza/Ceará	2
9	Televisor 70'	Fortaleza/Ceará	1
10	Fragmentadora	Fortaleza/Ceará	7
11	Ventilador de Coluna	Fortaleza/Ceará	54
13	Cadeira Diretor	Fortaleza/Ceará	14
14	Suporte para TV	Fortaleza/Ceará	1
16	Carrinho de Carga	Fortaleza/Ceará	1
17	Cadeira de Rodas	Fortaleza/Ceará	3
20	Poltrona	Fortaleza/Ceará	3

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021

1.4 Se houver divergência entre a descrição do CATMAT e a descrição do Termo de Referência, esta última prevalecerá.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, sendo esse improrrogável, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da Contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência

3. Descrição da Solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da Contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Que os produtos utilizados na fabricação devem ser totalmente isentos de ftalatos, naphthylamina, dichlorobenzidina, nonilfenol, formaldeídos e metais pesados como chumbo, cobre e cadmio, utilizando base de tintas à base d'água e sem nenhum aditivo de solvente ou materiais pesados.

4.1.2. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que os itens somente serão pagos após a entrega.

Envio de Catálogo

4.4. O licitante deverá enviar manual ou catálogo com imagens e informações suficientes para que o setor demandante possa verificar se o objeto da proposta atende todos os requisitos solicitados.

5. Modelo de Execução do Objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento pela empresa, conforme demanda, no decorrer dos 12 (doze) meses de vigência.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

SRRF03: Rua Barão de Aracati, 909, CEP: 60115-901 - Fortaleza/CE

DRF/JNE: Rua José Andrade de Lavor, 2001. Bairro Santa Tereza, CEP 63.050-430 - Juazeiro do Norte/CE

DRF/TSA: Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI

DRF/SLS: Rua Oswaldo Cruz, 1618 - Canto da Fabril, CEP 65020-902 - São Luís/MA

Órgão Participante

COLEGIO MILITAR DE FORTALEZA/MEX: Av. Santos Dumont 485, Centro, CEP 60150-16- Fortaleza/CE

5.4. A quantidade mínima por pedido da Ata de Registro de Preços poderá ser de 01 (uma) unidade do item e quantidade máxima poderá ser de todo o quantitativo previsto para o referido item.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de Gestão do Contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Infrações e Sanções Administrativas

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;**
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;**
- c) der causa à inexecução total do contrato;**
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;**
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;**
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;**
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;**
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

a) Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

b) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. Critérios de Medição e Pagamento

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo

acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.25.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07/11/2024.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. Critérios e Seleção do Fornecedor

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO .

9.1.1 Como a contratação será realizada para atendimento de demandas de mais de uma Unidade da Receita Federal do Brasil, faz com que o SRP – Sistema de Registro de Preços – seja o meio mais indicado para a aquisição desse material

Forma de fornecimento

9.2. A(s) empresa(s) deve(m) fornecer os materiais, conforme for(em) demandada(s), durante os 12 meses de vigência da contratação.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício;

9.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação .

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.27.1.1. Entrega de, no mínimo, 01 (um) Material Permanente.

9.27.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados no mesmo ano.

9.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.27.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.28.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.29. Com base no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, caso o valor total do lance da empresa participante seja inferior a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação, a empresa está dispensada de apresentar os documentos de habilitação econômica-financeira.

10. Estimativas do Valor da Contratação

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 508.192,80 (quinhentos e oito mil, cento e noventa e dois reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 do Termo de Referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. Adequação Orçamentária

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/170040;

II) Fonte de Recursos: 1032000000;

III) Programa de Trabalho: 04125003222370001;

IV) Elemento de Despesa: 449052;

V) Plano Interno: TETOLIVRE;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. Disposições Finais

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAROLINA TEIXEIRA DE AQUINO NUNES

Analista Técnico Administrativo



Assinou eletronicamente em 16/01/2025 às 11:29:18.

IVSON PORDEUS GOMES

Assistente Técnico Administrativo



Assinou eletronicamente em 16/01/2025 às 11:26:22.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudo Tecnico Preliminar.pdf (201.86 KB)
- Anexo II - Regras aplicaveis ao instrumento substitutivo ao contrato.pdf (154.63 KB)

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Estudo Técnico Preliminar 30/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 13075.180969/2024-17

2. Descrição da necessidade

A aquisição de bens permanentes visa equipar as unidades da terceira região em itens básicos para o seu funcionamento, mantendo um ambiente salubre, confortável e adequado para o desempenho das atividades laborais, além de substituir equipamentos danificados de algumas unidades da RFB na terceira região fiscal com o objetivo de proporcionar maior conforto ao ambiente de trabalho dos servidores. Além disso, alguns desses bens serão utilizados para o Espaço CRERSE na Superintendência da Receita Federal do Brasil na Terceira Região Fiscal.

Tendo em vista que não foi possível prever a quantidade exata de equipamentos e bens que darão defeitos e precisarão ser substituídos, faz com que o SRP – Sistema de Registro de Preços – seja o meio mais indicado para a aquisição desse material, se enquadrando na hipótese do inciso V do art 3º do Decreto nº 11.462/2023.

A contratação se enquadra também na categoria de bens comuns, de que trata a Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, devendo ser contratado por meio da modalidade Pregão.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPOL/DIPOL/SRRF03	Beatriz Meireles
SAENG/DIPOL/SRRF03	Marcos Tadeu Aires Vidal

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A(s) empresa(s) deve(m) fornecer os materiais abaixo, conforme for(em) demandada(s), durante os 12 meses de vigência da contratação.

Equipamento	Descrição	Quantidade por unidade				TOTAL
		SRRF03	DRF/JNE	DRF/TSA	DRF/SLS	
Microondas 27 Litros	Micro-ondas: capacidade mínima de 27L; cor branca; display interativo; função descongelamento; prato giratório em vidro; dispositivos e travas de segurança; iluminação interna; 220 volts; garantia mínima de 12 meses; nível A de consumo de energia, com certificação do INMETRO; deverá acompanhar manual do fabricante.	8	1	2	6	17

Refrigerador 375 Litros	Refrigerador duplex; 220V; capacidade mínima de refrigeração: 375 litros; cor branca; tipo portas fixas; sistema degelo frost free; temperatura operação congelador -10°C a 0° C; garantia mínima de 12 meses; nível A de consumo de energia, com certificação do INMETRO; deverá acompanhar manual do fabricante	4	0	2	2	8
Gelágua	Bebedouro tipo gelágua, capacidade de reservatório de 1,8L, refrigeração por compressor, com termostado frontal, de acordo com a NBR 13972, dimensões aproximadas: 100,7 x 31,8 x 32,1 cm, peso bruto aproximado: 12,60kg, Tensão 220V.	6	2	3	4	15
Frigobar	Frigobar, capacidade 93L, cor branca, eficiência energética A, 12 meses de garantia, dimensões aproximadas 44,4 x 84,3 x 48,5cm, peso 19,0kg, Tensão 220V.	5	0	1	1	7
Cafeteira Elétrica	Cafeteira elétrica, com filtro removível, jarra de vidro, capacidade de 15 xícaras, peso aproximado 942g, voltagem 110/220V.	6	0	2	5	13
Fogão Elétrico	Fogão elétrico tipo cooktoop, 4 bocas, acendimento automático, voltagem 110 /220V.	3	2	1	4	10
Televisor 32'	Smart TV de 32", LED, frequência nativa 60Hz, com Wi-Fi integrado, espelhamento de tela, bluetooth. Entradas HDMI (mínimo duas), LAN, USB, Tensão Bivolt (automático).	4	0	0	2	6
Televisor 55'	Smart TV de 55", LED, tela plana, 4K, frequência nativa 60Hz, com Wi-Fi integrado, espelhamento de tela, bluetooth. Entradas HDMI (mínimo três), LAN, USB, Tensão Bivolt (automático).	4	0	1	2	7
Televisor 70'	Smart TV de 70", LED, tela plana, 4K, frequência nativa 60Hz, com Wi-Fi integrado, espelhamento de tela, bluetooth. Entradas HDMI (mínimo três), LAN, USB, Tensão Bivolt (automático).	3	0	0	2	5
	Fragmentadora 25 folhas,					

Fragmentadora	em partículas de 4 x 4mm, CD/cartão/clips/gramos, cesto de 81L, funcionamento contínuo, potência do motor de 900 watts, nível de ruído máximo 54DB/A, peso aproximado 53kg, dimensões 900 x 500 x 400mm, Tensão 220V..	4	0	0	2	6
Ventilador de Coluna	Ventilador de coluna, oscilante, regulagem vertical, grade 40 cm removível em polipropileno, 03 velocidades, 220V, tipo hélice, 06 pás, na cor preta, com base circular em polipropileno; haste em metal, com altura mínima de 1,20m e garantia mínima de 1 ano. Caixa 1 unidade.	14	3	10	8	35
Cadeira S/ Braços C/ Rodízio	Cadeira giratória, espaldra médio em tela, assento revestido em tecido na cor preta, mecanismos de ajuste, com encosto inclinável, com apoio de cabeça e na lombar. Garantia de 5 (cinco) anos.	10	0	0	0	10
Cadeira Diretor	Cadeira giratória, tipo diretor, espaldar alto, em tela, com apoio de cabeça, assento interno de resina, 490mm x 455mm, revestido em tecido lã, poliéster na cor preta, com suporte do encosto em alumínio, apoio lombar e de cabeça, garantia de 5 (cinco) anos.	22	0	20	0	42
Suporte para TV com pé até 85"	Suporte para TV de 50 a 86 polegadas, universal, tipo pedestal, com base reforçada e coluna de fixação da TV, fabricada em aço carbono, na cor preta, altura regulável de até 1,8m, capacidade de carga 60kgs, com rodízio e bandeja de apoio.	4	1	1	1	7
Aparador de Grama	Aparador de grama com as seguintes características: - Punho de sustentação com ajuste regulável; - Fio de nylon para o corte de grama com avanço automático; - Trava para extensão elétrica; - Motor universal (escovas) com duplo rolamento blindado;	0	1	0	0	1

	-Elétrico, tensão 220V.					
Carrinho de Carga	Carrinho de cargas, tipo plataforma, medidas: 1.20m de comprimento, x 0,60m de largura x 1,00m de altura, capacidade até 500kg, fabricado em aço carbono, peso bruto 25kg, estrutura base feita com chapa cantoneira 35x35mm espessura 2.5mm e chapa base de 1.50, de espessura, composto de 4 rodas de poliuretano maciço tipo raiada 6x3, com tamanho de 6 polegadas (150 x 50mm), com rolamento de esferas largas e reforçadas para cargas pesadas, na dianteira 2 rodízios giratório e traseira com sapata fixa.	2	0	1	0	3
Cadeira de Rodas	Cadeira de Rodas, medindo 45,5cm, cor prata, material em alumínio, rápido ajuste do comprimento de pernas sem uso de ferramentas, com certificação Inmetro (Modelo de Ref. Start C1 Economy - Polior ou equivalente, similar ou de melhor qualidade).	0	0	1	0	1
Paleteira Hidráulica	Paleteira hidráulica manual; capacidade de carga de 3.000kg; estrutura reforça em ferro fundido; comprimento dos garfos: 1376mm; largura de cada garfo: 160mm; distância (interna) entre os garfos: 370mm; distância (externa) entre os garfos: 690mm; altura mínima do chão: 80mm; altura máxima do garfo: 200mm; rodas duplas em nylon; movimentação e elevação manual; descida regulável; peso aproximado: 73kg.	2	0	0	0	2
Televisor 75'	Smart TV 75 polegadas, tela LED, Wi-Fi integrado, resolução 4K, conexão Bluetooth, mínimo 3 entradas HDMI e 2 USB. Lançamento do modelo entre os anos de 2022 e 2024. Referência Samsung, LG ou equivalente, similar ou de melhor qualidade.	4	0	0	0	4

Poltrona	Poltrona com revestimento impermeável em tecido sintético courino, couro natural ou suede na cor bege. Enchimento do assento em espuma D28. Enchimento do encosto em espuma D18. Braços e pernas em madeira maciça tratada de cor avermelhada (referência Louro Freijó ou equivalente, similar ou de melhor qualidade). Dimensões aproximadas: largura 66 cm, profundidade 73cm, altura total 78 cm. Capacidade mínima de peso: 120 kg.	2	0	0	0	2
Cadeira Fixa	Cadeira fixa sem apoio para os braços, assento com estofado em espuma injetada de alta qualidade em aproximadamente 33 mm, revestida em tecido na cor preta e partes metálicas em pintura epóxi preta. Dimensões aproximadas: largura 42 cm, profundidade 50 cm, altura do chão até o assento: 46cm, altura total 83 cm. Capacidade mínima de peso: 95 Kg.	4	0	0	0	4
Cadeira Empilhável Auditório Verde	Cadeira para auditório empilhável com braços com base fixa. Acerca do encosto e do assento, devem ser anatômicos, com base fixa, dotados de espuma anatômica injetada com espessura de aproximadamente 30 mm. O revestimento do assento e encosto é em tecido ou Corvin/vinil na cor verde, referência Pantone 369 ou equivalente. Estrutura e braços em aço com pintura epóxi na cor preta. Deve suportar aproximadamente 120 kg, dimensões aproximadas: assento com largura de 0,50 m e profundidade de 0,45m; encosto com largura de 0,50 m e altura de 0,33 m; altura total: 0,85 m.	25	0	0	0	25
	Cadeira para auditório empilhável com braços com base fixa. Acerca do encosto e do assento,					

Cadeira Empilhável Auditório Azul	devem ser anatômicos, com base fixa, dotados de espuma anatômica injetada com espessura de aproximadamente 30 mm. O revestimento do assento e encosto é em tecido ou Corvin/vinil na cor azul, referência Pantone 281 ou equivalente. Estrutura e braços em aço com pintura epóxi na cor preta. Deve suportar aproximadamente 120 kg, dimensões aproximadas: assento com largura de 0,50 m e profundidade de 0,45 m; encosto com largura de 0,50 m e altura de 0,33 m; altura total: 0,85 m.	25	0	0	0	25
Armário Baixo	Armários executado em chapas de MDF (Medium-density Fiberboard) com acabamento laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). O móvel deve apresentar 2 portas com dobradiças embutidas realizando o movimento máximo de abrir, as portas possuem fechadura instalada e puxadores metálicos. Internamente deve conter 1 prateleira interna na mesma materialidade no móvel. Os pés devem ser dotados de rodízios. Dimensões aproximadas de 80 cm de largura, 50 cm de profundidade e 72cm de altura, para cada armário desta tipologia.	5	0	0	0	5
Armário Arquivo	Armários executado em chapas de MDF (Medium-density Fiberboard) com acabamento laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). O móvel deve apresentar 2 portas com dobradiças embutidas realizando o movimento máximo de abrir, as portas. As portas devem possuir fechadura instalada e puxadores metálicos. Internamente deve conter 5 prateleiras na mesma materialidade no móvel. Os pés devem ser dotados de	3	0	0	0	3

	sapatas reguláveis. Dimensões aproximadas de 80 cm de largura, 50 cm de profundidade e 160 cm de altura, para cada armário desta tipologia.					
Baú Canto Alemão	Canto alemão modular do tipo baú, com estrutura em chapas de MDP ou MDF com acabamento laminado melamínico na cor madeira natural avermelhada (referência Louro Freijó ou equivalente, similar ou de melhor qualidade). O móvel deve apresentar 1 porta com dobradiças embutidas com amortecedores, realizando o movimento máximo basculante na parte superior, a porta possui puxador do tipo cava ou concha redonda. Dimensões internas aproximadas de 1,20 m de largura, 52 cm de profundidade e 45 cm de altura, para cada baú desta tipologia. Carga máxima suportável: 120kg/assento e 15kg/baú.	2	0	0	0	2
Baú Canto Sapateira	Banco modular do tipo baú, com estrutura em chapas de MDP ou MDF com acabamento laminado melamínico na cor madeira natural avermelhada (referência Louro Freijó ou equivalente, similar ou de melhor qualidade). O móvel deve apresentar 1 porta com dobradiças embutidas com amortecedores, realizando o movimento máximo basculante na parte superior, a porta possui puxador do tipo cava ou concha redonda. No nicho referente a sapateira, deve conter Internamente 1 prateleira na mesma materialidade no móvel. Dimensões internas aproximadas: 1,20m de largura, sendo 0,60 m para o baú e os outros 0,60m dedicados à sapateira; 52 cm de profundidade e 45 cm de altura, para cada baú desta tipologia. Carga máxima suportável: 120kg /assento e 15kg/baú.	2	0	0	0	2
	Armários executado em					

Móvel Aparador para Café	chapas de MDP com acabamento laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). O móvel deve apresentar 3 portas com dobradiças embutidas realizando o movimento máximo de abrir, as portas possuem puxadores do tipo cava ou concha redonda. Internamente deve conter 1 prateleira interna na mesma materialidade no móvel. Os pés devem ser dotados de rodízios. Dimensões aproximadas de 90 cm de largura, 33 cm de profundidade e 54 cm de altura.	1	0	0	0	1
Mesa de Escritório	Mesa de escritório com tampo e painel frontal executado em MDP de aproximadamente 18 mm com acabamento laminado melamínico na cor branca ou cinza (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). No tampo da mesa deve constar elemento para passar fios. Painel frontal em MDP com aproximadamente 18mm de espessura e características de acabamento na cor branca ou cinza. A estrutura de sustentação deve ser dotada de apoios em aço com acabamento do tipo pintura eletrostática fosca ou acetinada na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Dimensões aproximadas de 120 cm de largura, 60 cm de profundidade e 73 cm de altura, para cada mesa desta tipologia.	6	0	0	0	6
Mesa Palestrante	Mesa reta com tampo e pés executado em MDP com 25 mm, com chapas dispostas na forma de arco homogêneo, acabamento em laminado melamínico na cor branca ou cinza (referência Formica L515 Branco Real, Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Painel frontal em MDP com aproximadamente 18mm de	4	0	0	0	4

	espessura e características de acabamento nas cores branca ou cinza já especificadas. Pé painel com ponteiros sextavados reguláveis. Dimensões aproximadas de 150 cm de largura, 70 cm de profundidade e 73 cm de altura, para cada mesa desta tipologia.					
Mesa Modular	Mesa trapezoidal empilhável, modular, forma grupos de 06 mesas, executada em MDP com aproximadamente 18mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Bordas do tampo retas e com arestas arredondadas. Estrutura tubular de aço adotando acabamento em pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Base frontal com rodízios e demais apoios da base com sapatas fixa. Dimensões aproximadas de 0,72m de largura, 0,52m de profundidade e 0,71m de altura.	50	0	0	0	50
Mesa de Canto	Mesinha de apoio quadrada em MDP com aproximadamente 18 mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). Bordas do tampo retas e com arestas arredondadas. Estrutura trapezoidal em aço, adotando acabamento em pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Dimensões aproximadas de 0,60m de largura, 0,60m de profundidade e 0,53m de altura.	2	0	0	0	2
	Mesa redonda com tampo em MDP com aproximadamente 18 mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou					

Mesa Redonda	equivalente). Estrutura do tipo coluna central e base em aço, adotando acabamento em pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Diâmetro aproximado de 1,10 m e altura em torno de 0,73 m.	2	0	0	0	2
Mesa de Apoio	Mesa de apoio com tampo em MDP com aproximadamente 18 mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor cinza(referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Estrutura em aço e painel frontal em MDP com aproximadamente 18mm de espessura, adotando acabamento pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Dimensões aproximadas de 0,90m de largura, 0,60m de profundidade e 0,73m de altura.	2	0	0	0	2
Suporte para tapete de ioga	Rack para Tapete de ioga para montagem em parede 9 Camadas, Material: Aço Ferro, Altura aproximada: 155 cm, Cor: Preto ou Branco, - Capacidade de armazenamento: 9 tapetes de ioga, acompanhamento de acessórios de montagem, impermeável, anti-ferrugem, serviço incluso de instalação. Superfície deve ser revestida com anti-oxidação e camada de tinta à prova d'água.	2	0	0	0	2

O prazo de entrega dos itens deverá ser de no máximo 60 dias, iniciado após o envio da Ordem de Fornecimento.

ENDEREÇO DAS UNIDADES:

SRRF03: Rua Barão de Aracati, 909, CEP: 60115-901 - Fortaleza/CE

DRF/JNE: Rua José Andrade de Lavor, 2001. Bairro Santa Tereza, CEP 63.050-430 - Juazeiro do Norte/CE

DRF/TSA: Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI

DRF/SLS: Rua Oswaldo Cruz, 1618 - Canto da Fabril, CEP 65020-902 - São Luís/MA

A referida contratação constitui atividades de investimentos, não de custeios.

Ressalte-se que os bens a serem adquiridos NÃO estão contemplados no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938/2022;

Com base no art. 41, inciso I, alínea "d", da Lei 14.133/2021 (*quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência*), foram indicados modelos para os seguintes itens:

- a) cadeira de rodas;
- b) televisor 75 polegadas;
- c) poltrona;
- d) baú canto alemão;
- e) baú canto sapateira.

5. Levantamento de Mercado

Trata-se de aquisição de bens comuns, pois os padrões de desempenho e de qualidade são objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado, conforme as características constantes no Item 4 deste Estudo Técnico Preliminar, sendo que há fornecedores disponíveis no mercado capazes de prover a solução para a necessidade da Administração.

Dessa forma, o tipo de solução a contratar será a aquisição pela Administração, mediante licitação sob a modalidade pregão, na forma eletrônica. A contratação se dará através do Sistema de Registro de Preços - SRP, firmando-se ao final do certame Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigatório, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, sendo esse improrrogável.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação pretendida para as unidades envolvidas deve proporcionar o fornecimento dos itens descritos no Tópico 4 deste Estudo Técnico Preliminar, sendo os mesmos devem ser entregues nos locais indicados e cumprirem todas as características exigidas no Edital e Termo de Referência.

Para a aquisição destes bens a solução contratada é a que atende às necessidades, uma vez que o exercício das competências legais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, somado ao desempenho da atividade de fiscalização tributária, previdenciária e aduaneira, e do combate à pirataria e à contrafação, determinam que a Administração providencie os insumos necessários à eficiência e eficácia das atividades, sendo que os itens solicitados são indispensáveis para as atividades fins da Instituição ou de suporte para as mesmas.

Durante o prazo válido da Ata de Registro de Preços assinada, a(s) contratada(s) deverá(ão) fornecer os materiais conforme normas pertinentes, cumprindo as obrigações contratuais constantes do instrumento convocatório e seus anexos, mantendo a qualidade e características da proposta original, bem como garantia dos materiais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Trata-se de ARP para atendimento das seguintes unidades da Receita Federal do Brasil:

- Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal;
- Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte/CE;
- Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina/PI; e
- Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luís/MA.

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi levantada juntamente aos servidores integrantes das Unidades da 3ª Região Fiscal, sopesando a expectativa de uso no próximo exercício.

Em consonância com o Artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023, a adoção de Ata de Registro de Preços é possível nos seguintes casos:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Ressalte-se que não foi possível definir previamente o quantitativo demandando, tendo em vista que não tem como prever quantos equipamentos necessitarão ser substituídos e a demanda terá como base a necessidade de reposição dos equipamentos danificados. Assim sendo, optou-se pelo Registro de Preços.

Não obstante, ressalva-se que o SRP constitui conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras, não acarretando prejuízo ou desperdício para os cofres públicos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 376.384,29

O valor estimado para a aquisição é de **R\$ 376.384,29 (trezentos e setenta e seis reais e trezentos e oitenta e quatro e vinte e nove centavos)**, conforme composição de valores unitários descrito na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
Microondas 27 Litros	Micro-ondas: capacidade mínima de 27L; cor branca; display interativo; função descongelamento; prato giratório em vidro; dispositivos e travas de segurança; iluminação interna; 220 volts; garantia mínima de 12 meses; nível A de consumo de energia, com certificação do INMETRO; deverá acompanhar manual do fabricante.	17	R\$ 811,98	R\$ 13.803,66
Refrigerador 375 Litros	Refrigerador duplex; 220V; capacidade mínima de refrigeração: 375 litros; cor branca; tipo portas fixas; sistema degelo frost free; temperatura operação congelador -10°C a 0° C; garantia mínima de 12 meses; nível A de	8	R\$ 3.217,56	R\$ 25.740,48

	consumo de energia, com certificação do INMETRO; deverá acompanhar manual do fabricante			
Gelágua	Bebedouro tipo gelágua, capacidade de reservatório de 1,8L, refrigeração por compressor, com termostado frontal, de acordo com a NBR 13972, dimensões aproximadas: 100,7 x 31,8 x 32,1 cm, peso bruto aproximado: 12,60kg, tensão 220V.	15	R\$ 844,63	R\$ 12.669,45
Frigobar	Frigobar, capacidade 93L, cor branca, eficiência energética A, 12 meses de garantia, dimensões aproximadas 44,4 x 84,3 x 48,5 cm, peso 19,0kg, tensão 220V.	7	R\$ 1.355,09	R\$ 9.485,63
Cafeteira Elétrica	Cafeteira elétrica, com filtro removível, jarra de vidro, capacidade de 15 xícaras, peso aproximado 942g, voltagem 110/220V.	13	R\$ 313,70	R\$ 4.078,10
Fogão Elétrico	Fogão elétrico tipo cooktop, 4 bocas, acendimento automático, voltagem 110 /220V.	10	R\$ 1.580,16	R\$ 15.801,60
Televisor 32'	Smart TV de 32", LED, frequência nativa 60Hz, com Wi-Fi integrado, espelhamento de tela, bluetooth. Entradas HDMI (mínimo duas), LAN, USB, Tensão Bivolt (Automático).	6	R\$ 1.395,61	R\$ 8.373,66
Televisor 55'	Smart TV de 55", LED, tela plana, 4K, frequência nativa 60Hz, com Wi-Fi integrado, espelhamento de tela, bluetooth. Entradas HDMI (mínimo três), LAN, USB, Tensão Bivolt (Automático).	7	R\$ 2.975,49	R\$ 20.828,43
Televisor 70'	Smart TV de 70", LED, tela plana, 4K, frequência nativa 60Hz, com Wi-Fi integrado, espelhamento de tela, bluetooth. Entradas HDMI (mínimo três), LAN, USB, Tensão Bivolt (Automático).	5	R\$ 4.821,43	R\$ 24.107,15
Fragmentadora	Fragmentadora 25 folhas, em partículas de 4 x 4mm, CD/cartão/clips/grampos, cesto de 81L, funcionamento contínuo, potência do motor de 900 watts, nível de ruído máximo 54DB /A, peso aproximado 53lg, dimensões 900 x 500 x 400mm, Tensão 220V.	6	R\$ 7.972,98	R\$ 47.837,88

Ventilador de Coluna	Ventilador de coluna, oscilante, regulagem vertical, grade 40 cm removível em polipropileno, 03 velocidades, 220V, tipo hélice, 06 pás, na cor preta, com base circular em polipropileno; haste em metal, com altura mínima de 1,20m e garantia mínima de 1 ano. Caixa 1 unidade.	35	R\$ 301,11	R\$ 10.538,85
Cadeira S/ Braços C/ Rodízio	Cadeira giratória, espaldra médio em tela, assento revestido em tecido na cor preta, mecanismos de ajuste, com encosto inclinável, com apoio de cabeça e na lombar. Garantia de 5 (cinco) anos.	10	R\$ 503,63	R\$ 5.036,30
Cadeira Diretor	Cadeira giratória, tipo diretor, espaldar alto, em tela, com apoio de cabeça, assento interno de resina, 490mm x 455mm, revestido em tecido lã, poliéster na cor preta, com suporte do encosto em alumínio, apoio lombar e de cabeça, garantia de 5 (cinco) anos.	42	R\$ 865,50	R\$ 36.351,00
Suporte para TV com pé até 85"	Suporte para TV de 50 a 86 polegadas, universal, tipo pedestal, com base reforçada e coluna de fixação da TV, fabricada em aço carbono, na cor preta, altura regulável de até 1,8m, capacidade de carga 60kgs, com rodízio e bandeja de apoio.	7	R\$ 913,54	R\$ 6.394,78
Aparador de Grama	Aparador de grama com as seguintes características: - Punho de sustentação com ajuste regulável; - Fio de nylon para o corte de grama com avanço automático; - Trava para extensão elétrica; - Motor universal (escovas) com duplo rolamento blindado; -Elétrico, tensão 220 V	1	R\$ 306,59	R\$ 306,59
Carrinho de Carga	Carrinho de cargas, tipo plataforma, medidas: 1.20m de comprimento, x 0,60m de largura x 1,00m de altura, capacidade até 500kg, fabricado em aço carbono, peso bruto 25kg, estrutura base feita com chapa cantoneira 35x35mm espessura 2.5mm e chapa base de 1.50, de espessura, composto de 4 rodas de poliuretano maciço tipo raiada 6x3, com tamanho de 6 polegadas (150 x 50mm), com rolamento de esferas largas e reforçadas para cargas pesadas, na dianteira 2 rodízios giratório e traseira com sapata fixa.	3	R\$ 1.158,83	R\$ 3.476,49

Cadeira de Rodas	Cadeira de Rodas, medindo 45,5cm, cor prata, material em alumínio, rápido ajuste do comprimento de pernas sem uso de ferramentas, com certificação Inmetro (Modelo de Ref. Start C1 Economy - Polior).	1	R\$ 2.277,42	R\$ 2.277,42
Paleteira Hidráulica	Paleteira hidráulica manual; capacidade de carga de 3.000kg; estrutura reforçada em ferro fundido; comprimento dos garfos: 1376mm; largura de cada garfo: 160mm; distância (interna) entre os garfos: 370mm; distância (externa) entre os garfos: 690mm; altura mínima do chão: 80mm; altura máxima do garfo: 200mm; rodas duplas em nylon; movimentação e elevação manual; descida regulável; peso aproximado: 73kg.	2	R\$ 2.374,44	R\$ 4.748,88
Televisor 75"	Smart TV 75 polegadas, tela LED, Wi-Fi integrado, resolução 4K, conexão Bluetooth, mínimo 3 entradas HDMI e 2 USB. Lançamento do modelo entre os anos de 2022 e 2024. Referência Samsung, LG ou equivalente.	4	R\$ 5.291,07	R\$ 21.164,28
Poltrona	Poltrona com revestimento impermeável em tecido sintético couro, couro natural ou suede na cor bege. Enchimento do assento em espuma D28. Enchimento do encosto em espuma D18. Braços e pernas em madeira maciça tratada de cor avermelhada (referência Louro Freijó ou equivalente). Dimensões aproximadas: largura 66 cm, profundidade 73cm, altura total 78 cm. Capacidade mínima de peso: 120 kg.	2	R\$ 938,15	R\$ 1.876,30
Cadeira Fixa	Cadeira fixa sem apoio para os braços, assento com estofado em espuma injetada de alta qualidade em aproximadamente 33 mm, revestida em tecido na cor preta e partes metálicas em pintura epóxi preta. Dimensões aproximadas: largura 42 cm, profundidade 50 cm, altura do chão até o assento: 46cm, altura total 83 cm. Capacidade mínima de peso: 95 Kg	4	R\$ 244,30	R\$ 977,20
Cadeira Empilhável Auditório Verde	Cadeira para auditório empilhável com braços com base fixa. Acerca do encosto e do assento, devem ser anatômicos, com base fixa, dotados de espuma anatômica injetada com espessura de aproximadamente 30 mm. O revestimento do assento e encosto é em tecido ou Corvin /vinil na cor verde, referência Pantone 369 ou equivalente. Estrutura e braços em aço com pintura epóxi na cor preta. Deve suportar aproximadamente 120 kg, dimensões aproximadas: assento com largura de 0,50 m e profundidade de 0,45m; encosto com largura de 0,50 m e altura de 0,33 m; altura total: 0,85 m.	25	R\$ 523,48	R\$ 13.087,00
	Cadeira para auditório empilhável com braços com base fixa. Acerca do encosto e do assento, devem ser anatômicos, com			

Cadeira Empilhável Auditório Azul	base fixa, dotados de espuma anatômica injetada com espessura de aproximadamente 30 mm. O revestimento do assento e encosto é em tecido ou Corvin /vinil na cor azul, referência Pantone 281 ou equivalente. Estrutura e braços em aço com pintura epóxi na cor preta. Deve suportar aproximadamente 120 kg, dimensões aproximadas: assento com largura de 0,50 m e profundidade de 0,45 m; encosto com largura de 0,50 m e altura de 0,33 m; altura total: 0,85 m.	25	R\$ 523,48	R\$ 13.087,00
Armário Baixo	Armários executado em chapas de MDF (Medium-density Fiberboard) com acabamento laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). O móvel deve apresentar 2 portas com dobradiças embutidas realizando o movimento máximo de abrir, as portas possuem fechadura instalada e puxadores metálicos. Internamente deve conter 1 prateleira interna na mesma materialidade no móvel. Os pés devem ser dotados de rodízios. Dimensões aproximadas de 80 cm de largura, 50 cm de profundidade e 72cm de altura, para cada armário desta tipologia.	5	R\$ 798,68	R\$ 3.993,40
Armário Arquivo	Armários executado em chapas de MDF (Medium-density Fiberboard) com acabamento laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). O móvel deve apresentar 2 portas com dobradiças embutidas realizando o movimento máximo de abrir, as portas. As portas devem possuir fechadura instalada e puxadores metálicos. Internamente deve conter 5 prateleiras na mesma materialidade no móvel. Os pés devem ser dotados de sapatas reguláveis. Dimensões aproximadas de 80 cm de largura, 50 cm de profundidade e 160 cm de altura, para cada armário desta tipologia.	3	R\$ 1.844,54	R\$ 5.533,62
Baú Canto Alemão	Canto alemão modular do tipo baú, com estrutura em chapas de MDP ou MDF com acabamento laminado melamínico na cor madeira natural avermelhada (referência Louro Freijó ou equivalente). O móvel deve apresentar 1 porta com dobradiças embutidas com amortecedores, realizando o movimento máximo basculante na parte superior, a porta possui puxador do tipo cava ou concha redonda. Dimensões internas aproximadas de 1,20 m de largura, 52 cm de profundidade e 45 cm de altura, para cada baú desta tipologia. Carga máxima suportável: 120kg/assento e 15kg /baú.	2	R\$ 2.185,42	R\$ 4.370,84
	Banco modular do tipo baú, com estrutura em chapas de MDP ou MDF com acabamento laminado melamínico na cor madeira natural avermelhada (referência			

Baú Canto Sapateira	Louro Freijó ou equivalente). O móvel deve apresentar 1 porta com dobradiças embutidas com amortecedores, realizando o movimento máximo basculante na parte superior, a porta possui puxador do tipo cava ou concha redonda. No nicho referente a sapateira, deve conter Internamente 1 prateleira na mesma materialidade no móvel. Dimensões internas aproximadas: 1,20m de largura, sendo 0,60 m para o baú e os outros 0,60m dedicados à sapateira; 52 cm de profundidade e 45 cm de altura, para cada baú desta tipologia. Carga máxima suportável: 120kg/assento e 15kg/baú.	2	R\$ 1.256,64	R\$ 2.513,28
Móvel Aparador para Café	Armários executado em chapas de MDP com acabamento laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). O móvel deve apresentar 3 portas com dobradiças embutidas realizando o movimento máximo de abrir, as portas possuem puxadores do tipo cava ou concha redonda. Internamente deve conter 1 prateleira interna na mesma materialidade no móvel. Os pés devem ser dotados de rodízios. Dimensões aproximadas de 90 cm de largura, 33 cm de profundidade e 54 cm de altura.	1	R\$ 283,94	R\$ 283,94
Mesa de Escritório	Mesa de escritório com tampo e painel frontal executado em MDP de aproximadamente 18 mm com acabamento laminado melamínico na cor branca ou cinza (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). No tampo da mesa deve constar elemento para passar fios. Painel frontal em MDP com aproximadamente 18mm de espessura e características de acabamento na cor branca ou cinza. A estrutura de sustentação deve ser dotada de apoios em aço com acabamento do tipo pintura eletrostática fosca ou acetinada na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Dimensões aproximadas de 120 cm de largura, 60 cm de profundidade e 73 cm de altura, para cada mesa desta tipologia.	6	R\$ 402,34	R\$ 2.414,04
Mesa Palestrante	Mesa reta com tampo e pés executado em MDP com 25 mm, com chapas dispostas na forma de arco homogêneo, acabamento em laminado melamínico na cor branca ou cinza (referência Formica L515 Branco Real, Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Painel frontal em MDP com aproximadamente 18mm de espessura e características de acabamento nas cores branca ou cinza já especificadas. Pé painel com ponteiros sextavados reguláveis. Dimensões aproximadas de 150 cm de largura, 70 cm de profundidade e 73 cm de altura, para cada mesa desta tipologia.	4	R\$ 862,39	R\$ 3.449,56
	Mesa trapezoidal empilhável, modular, forma grupos de 06 mesas, executada em MDP			

Mesa Modular	com aproximadamente 18mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Bordas do tampo retas e com arestas arredondadas. Estrutura tubular de aço adotando acabamento em pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Base frontal com rodízios e demais apoios da base com sapatas fixa. Dimensões aproximadas de 0,72m de largura, 0,52m de profundidade e 0,71m de altura.	50	R\$ 896,63	R\$ 44.831,50
Mesa de Canto	Mesinha de apoio quadrada em MDP com aproximadamente 18 mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). Bordas do tampo retas e com arestas arredondadas. Estrutura trapezoidal em aço, adotando acabamento em pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Dimensões aproximadas de 0,60m de largura, 0,60m de profundidade e 0,53m de altura.	2	R\$ 758,97	R\$ 1.517,94
Mesa Redonda	Mesa redonda com tampo em MDP com aproximadamente 18 mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). Estrutura do tipo coluna central e base em aço, adotando acabamento em pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Diâmetro aproximado de 1,10m e altura em torno de 0,73 m.	2	R\$ 589,76	R\$ 1.179,52
Mesa de Apoio	Mesa de apoio com tampo em MDP com aproximadamente 18 mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Estrutura em aço e painel frontal em MDP com aproximadamente 18mm de espessura, adotando acabamento pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Dimensões aproximadas de 0,90m de largura, 0,60m de profundidade e 0,73m de altura.	2	R\$ 436,10	R\$ 872,20
Suporte para tapete de ioga	Rack para Tapete de Ioga para montagem em parede 9 Camadas, Material: Aço Ferro, Altura aproximada: 155 cm, Cor: Preto ou Branco, - Capacidade de armazenamento: 9 tapetes de ioga, acompanho de acessórios de montagem, impermeável, anti-ferrugem, serviço incluso de instalação. Superfície deve ser revestida com anti-oxidação e camada de tinta à prova d'água.	1	R\$ 1.688,16	R\$ 3.376,32
VALOR TOTAL				R\$ 376.384,29

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

As compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. A contratação que se pleiteia observa via de regra tal dispositivo.

Com propósito de atender o padrão estético solicitado pelo setor demandante (SAENG/SRRF03), serão formados 03 grupos:

- a) Grupo 1 contendo os itens 22 (Cadeira Empilhável de Auditório Verde) e 23 (Cadeira Empilhável de Auditório Verde);
- b) Grupo 2 contendo os itens 24 (Armário Baixo) e 25 (Armário Arquivo);
- c) Grupo 3 contendo os itens 26 (Baú Canto Alemão) e 27 (Baú Canto Sapateira).

Os demais itens do pregão não serão agrupados, tendo em vista que o agrupamento poderia restringir a competitividade do certame.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

De acordo com este Órgão, não há contratação correlata para a aquisição dos itens.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição dos materiais permanentes está previsto no Plano Anual de Contratações, documento que consolida a previsão de compras e contratações deste órgão federal.

A referida contratação está de acordo Plano Direto de Logística Sustentável (PLS) da Receita Federal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição dos materiais de forma planejada atende ao princípio da eficiência, com economia de custos administrativos internos (inerentes ao procedimento de licitação), ampliação dos potenciais interessados em razão do maior vulto da aquisição, redução de custos com transporte e, consequente redução dos preços da aquisição.

As aquisições ora pleiteadas dos materiais permanentes, compõem rol daqueles bens indispensáveis para manutenção das Unidades envolvidas. Dispensá-los acarretaria precariedade da segurança dos usuários dos edifícios desta Região Fiscal, tendo em vista que os equipamentos existentes estão apresentando defeito constantemente. Sendo assim, evidencia-se que, ao realizar a substituição destes, esta Administração prima pela economicidade e bom aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

13. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas providência a serem adotadas previamente por esta Administração à aquisição pretensa, no tocante à organização e/ou ambiente de trabalho, tampouco em relação à capacitação de servidores ou empregados para fiscalização e gestão de materiais e equipamentos.

Os trâmites administrativos para a licitação já se encontram incorporados na rotina de trabalho da Equipe de Licitação desta RF03, e os órgãos que receberão os referidos itens já estão dotados de capacidade técnica e infraestrutura para dar continuidade ao recebimento dos itens contratados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os materiais empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer a todas as normas existentes atinentes ao objeto do Contrato, ou que venham a ser editadas durante a vigência da contratação, mais especificamente as seguintes normas: Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; Portaria nº 23-MPOG, de 12 de fevereiro de 2015, que estabelece boas práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;

14.2. É importante que a empresa contratada e o Órgão observem as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam, entre outros, nos pressupostos e exigências discriminados abaixo, no que couber:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água; Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- c) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- d) Observar a sustentabilidade nos vários momentos do ciclo de vida do produto, desde os materiais utilizados e o modo de produção, passando pelo modo de distribuição, embalagem e transporte, até chegar no uso e por fim, na disposição final; Observar a produção dos materiais, como a preferência por material reciclado, biodegradável e atóxico.
- e) Importante que o modo de produção não tenha utilização de trabalho escravo ou infantil e com a utilização de máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais;
- f) A distribuição dos produtos devem possuir embalagens compactas; Importante que o uso dos produtos visem a economia de água e energia.

14.3. Considerando todas as fases do ciclo de vida do produto citadas acima, ratificamos os preceitos do Art.5º da IN 01/2010 da SLTI/MPOG:

a) Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível;
- que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Por todo o exposto, DECLARAMOS que a solução que melhor atende o interesse público no caso concreto é a aquisição dos itens acima especificados e consideramos que a contratação é plenamente viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria SRRF03 N° 464, de 07 de agosto de 2024

IVSON PORDEUS GOMES

DIPOL



Assinou eletronicamente em 10/01/2025 às 09:07:56.

Despacho: Portaria SRRF03 N° 464, de 07 de agosto de 2024

CAROLINA TEIXEIRA DE AQUINO NUNES

SACON



Assinou eletronicamente em 09/01/2025 às 15:59:11.



Anexo II do Termo de Referência

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato **Nota de Empenho**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.1.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.1.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



3.1. São obrigações do Contratante:

- 1.1.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 1.1.4 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.1.5 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 1.1.6 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 1.1.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 1.1.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 1.1.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



1.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.1.10.1. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

1.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.1.12 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;



- 1.1.13 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 1.1.14 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.1.15 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.1.16 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.1.17 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



- 1.1.18 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 1.1.18.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 1.1.18.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 1.1.18.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 1.1.18.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 1.1.18.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 1.1.19 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 1.1.20 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



- 1.1.21 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 1.1.22 Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 1.1.23 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 1.1.24 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 1.1.25 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 1.1.26 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não



seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.1.27 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 5.2. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.
- 5.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 5.4. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 5.5. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



1.1.28 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.1.29 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

1.1.29.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.1.30 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.1.31 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.1.32 Indenizações e multas.

5.7. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.8. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS



- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

- 8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Ceará, Seção Judiciária de Fortaleza para dirimir os litígios que



Ministério da
Fazenda



decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II DO EDITAL

Ata de Registro de Preços 1/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2024	170040-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 3A.RF/CE	JOSE LEANDRO MENEZES PARENTE	13/01/2025 10:07 (v 11.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	90007/2023	13075.108330/2024-04

1. Do objeto

MINUTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA TERCEIRA REGIÃO FISCAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na Terceira Região Fiscal, com sede na Rua Barão de Aracati, nº 909, Aldeota, na cidade de Fortaleza / Estado do Ceará, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.394.460/0078-20, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 13075.180969/2024-17, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1- DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de material permanente, especificado(s) no(s) item(ns) ____ do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 900__/202_, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. Dos preços, especificações e quantitativos

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. Órgão(s) gerenciador(es) e participante(s)

3.1 O órgão gerenciador será a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na Terceira Região Fiscal - UASG 170040.

3.2 Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
	Colégio Militar de Fortaleza		
	Colégio Militar de Fortaleza		

4. Da adesão à Ata de Registro de Preços

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. Validade, formalização da ata SRP e cadastro reserva

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. Alteração ou atualização dos preços registrados

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. Negociação dos preços registrados

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço

registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Remanejamento das quantidades registradas na ata SRP

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. Cancelamento do registro do licitante vencedor e dos preços registrados

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. Das penalidades

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. Condições gerais

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Unitário	

X		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)				Prazo garantia ou validade

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE LEANDRO MENEZES PARENTE

EQLIC/DIPOL/SRRF03



Assinou eletronicamente em 13/01/2025 às 10:07:55.

ANEXO III DO EDITAL – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

CNPJ:
Razão Social:
Nome de Fantasia:
Endereço:
Telefone para contato:
E-mail:

Dados para pagamento
Banco (Código):
Agência (Código):
Nº da Conta Corrente:

Validade da Proposta:

MATERIAIS PERMANENTES					
ITEM	MATERIAL	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Microondas 27 Litros	Micro-ondas, capacidade mínima de 27L; cor branca; display interativo; função descongelamento; prato giratório em vidro; dispositivos e travas de segurança; iluminação interna; 220 volts; garantia mínima de 12 meses; nível A de consumo de energia, com certificação do INMETRO; deverá acompanhar manual do fabricante	23		R\$ 0,00
2	Refrigerador 375 Litros	Refrigerador duplex; tensão 220V; capacidade mínima de refrigeração: 375 litros; cor branca; tipo portas fixas; sistema degelo frost free; temperatura operação congelador -10°C a 0° C; garantia mínima de 12 meses; nível A de consumo de energia, com certificação do INMETRO; deverá acompanhar manual do fabricante	11		R\$ 0,00
3	Geláguia	Bebedouro tipo geláguia, capacidade de reservatório de 1,8L, refrigeração por compressor, com termostado frontal, de acordo com a NBR 13972, dimensões aproximadas: 100,7 x 31,8 x 32,1 cm, peso bruto aproximado: 12,60kg, tensão 220V	18		R\$ 0,00
4	Frigobar	Frigobar, capacidade 93L, cor branca, eficiência energética A, 12 meses de garantia, dimensões aproximadas 44,4 x 84,3 x 48,5cm, peso 19,0kg, tensão 220V	11		R\$ 0,00
5	Cafeteira Elétrica	Cafeteira elétrica, com filtro removível, jarra de vidro, capacidade de 15 xícaras, peso aproximado 942g, voltagem 110/220V	17		R\$ 0,00
6	Fogão Elétrico	Fogão elétrico tipo cooktop, 4 bocas, acendimento automático, voltagem 110/220V	10		R\$ 0,00
7	Televisor 32"	Smart TV de 32", LED, frequência nativa 60Hz, com Wi-Fi integrado, espelhamento de tela, bluetooth. Entradas HDMI (mínimo duas), LAN, USB, Tensão Bivolt (automático)	7		R\$ 0,00
8	Televisor 55"	Smart TV de 55", LED, tela plana, 4K, frequência nativa 60Hz, com Wi-Fi integrado, espelhamento de tela, bluetooth. Entradas HDMI (mínimo três), LAN, USB, Tensão Bivolt (automático)	9		R\$ 0,00
9	Televisor 70"	Smart TV de 70", LED, tela plana, 4K, frequência nativa 60Hz, com Wi-Fi integrado, espelhamento de tela, bluetooth. Entradas HDMI (mínimo três), LAN, USB, Tensão Bivolt (automático)	6		R\$ 0,00
10	Fragmentadora	Fragmentadora 25 folhas, em partículas de 4 x 4mm, CD/cartão/clips/grampos, cesto de 81L, funcionamento contínuo, potência do motor de 900 watts, nível de ruído máximo 54dB/A, peso aproximado 53kg, dimensões 900 x 500 x 400mm, Tensão 220V	13		R\$ 0,00
11	Ventilador	Ventilador de coluna, oscilante, regulação vertical, grade 40 cm removível em polipropileno, 03 velocidades, 220V, tipo hélice, 06 pás, na cor preta, com base circular em polipropileno; haste em metal, com altura mínima de 1,20m e garantia mínima de 1 ano. Caixa 1 unidade	89		R\$ 0,00
12	Cadeira Sem Braços	Cadeira S/ Braços C/ Rodízio; Cadeira giratória, espaldar médio em tela, assento revestido em tecido na cor preta, mecanismos de ajuste, com encosto inclinável, com apoio de cabeça e na lombar. Garantia de 5 (cinco) anos	10		R\$ 0,00
13	Cadeira Diretor	Cadeira giratória, tipo diretor ou presidente, espaldar alto, em tela, com apoio de cabeça, assento interno de resina, 490mm x 455mm, revestido em tecido lã, poliéster na cor preta, com suporte do encosto em alumínio, apoio lombar e de cabeça, garantia de 5 (cinco) anos	56		R\$ 0,00
14	Suporte para TV	Suporte para TV com pé até 85; Suporte para TV de 50 a 86 polegadas, universal, tipo pedestal, com base reforçada e coluna de fixação da TV, fabricada em aço carbono, na cor preta, altura regulável de até 1,8m, capacidade de carga 60kgs, com rodízio e bandeja de apoio	8		R\$ 0,00
15	Aparador de Grama	Aparador de grama com as seguintes características: - Punho de sustentação com ajuste regulável; - Fio de nylon para o corte de grama com avanço automático; - Trava para extensão elétrica; - Motor universal (escovas) com duplo rolamento blindado; - Elétrico, tensão 220V	1		R\$ 0,00
16	Carrinho de Cargas	Carrinho de cargas, tipo plataforma, medidas: 1,20m de comprimento, x 0,60m de largura x 1,00m de altura, capacidade até 500kg, fabricado em aço carbono, peso bruto 25kg, estrutura base feita com chapa cantoneira 35x35mm espessura 2,5mm e chapa passe de 1,50, de espessura, composto de 4 rodas de poliuretano macio tipo ralada 6x3, com tamanho de 6 polegadas (150 x 50m), com rolamento de esferas largas e reforçadas para cargas pesadas, na dianteira 2 rodízios giratório e traseira com sapata fixa	4		R\$ 0,00
17	Cadeira de Rodas	Cadeira de Rodas, medindo 45,5cm, cor prata, material em alumínio, rápido ajuste do comprimento de pernas sem uso de ferramentas, com certificação Inmetro (Modelo de Ref. Start C1 Economy – Polior)	4		R\$ 0,00
18	Paleteira	Paleteira hidráulica manual; capacidade de carga de 3.000kg; estrutura reforça em ferro fundido; comprimento dos garfos: 1376mm; largura de cada garfo: 160mm; distância (interna) entre os garfos: 370mm; distância (externa) entre os garfos: 690mm; altura mínima do chão: 80mm; altura máxima do garfo: 200mm; rodas duplas em nylon; movimentação e elevação manual; descida regulável; peso aproximado: 73kg	2		R\$ 0,00
19	Televisor 75"	Smart TV 75 polegadas, tela LED, Wi-Fi integrado, resolução 4K, conexão Bluetooth, mínimo 3 entradas HDMI e 2 USB. Lançamento do modelo entre os anos de 2022 e 2024. Referência Samsung, LG ou equivalente.	4		R\$ 0,00
20	Poltrona	Poltrona com revestimento impermeável em tecido sintético couroino, couro natural ou suede na cor bege. Enchimento do assento em espuma D28. Enchimento do encosto em espuma D18. Braços e pernas em madeira maciça tratada de cor avermelhada (referência Louro Freijó ou equivalente). Dimensões aproximadas: largura 66 cm, profundidade 73cm, altura total 78 cm. Capacidade mínima de peso: 120 kg.	5		R\$ 0,00
21	Cadeira Fixa	Cadeira fixa sem apoio para os braços, assento com estofado em espuma injetada de alta qualidade em aproximadamente 33 mm, revestida em tecido na cor preta e partes metálicas em pintura epóxi preta. Dimensões aproximadas: largura 42 cm, profundidade 50 cm, altura do chão até o assento: 46cm, altura total 83 cm. Capacidade mínima de peso: 95 Kg	4		R\$ 0,00
22	Cadeira Empilhável Auditório Verde	Cadeira para auditório empilhável com braços com base fixa. Acerca do encosto e do assento, devem ser anatômicos, com base fixa, dotados de espuma anatômica injetada com espessura de aproximadamente 30 mm. O revestimento do assento e encosto é em tecido ou Corvin/vinil na cor verde, referência Pantone 369 ou equivalente. Estrutura e braços em aço com pintura epóxi na cor preta. Deve suportar aproximadamente 120 kg, dimensões aproximadas: assento com largura de 0,50 m e profundidade de 0,45m; encosto com largura de 0,50 m e altura de 0,33 m; altura total: 0,85 m.	25		R\$ 0,00
23	Cadeira Empilhável Auditório Azul	Cadeira para auditório empilhável com braços com base fixa. Acerca do encosto e do assento, devem ser anatômicos, com base fixa, dotados de espuma anatômica injetada com espessura de aproximadamente 30 mm. O revestimento do assento e encosto é em tecido ou Corvin/vinil na cor azul, referência Pantone 281 ou equivalente. Estrutura e braços em aço com pintura epóxi na cor preta. Deve suportar aproximadamente 120 kg, dimensões aproximadas: assento com largura de 0,50 m e profundidade de 0,45 m; encosto com largura de 0,50 m e altura de 0,33 m; altura total: 0,85 m.	25		R\$ 0,00

24	Armário Baixo	Armários executado em chapas de MDF (Medium-density Fiberboard) com acabamento laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). O móvel deve apresentar 2 portas com dobradiças embutidas realizando o movimento máximo de abrir, as portas possuem fechadura instalada e puxadores metálicos. Internamente deve conter 1 prateleira interna na mesma materialidade no móvel. Os pés devem ser dotados de rodízios. Dimensões aproximadas de 80 cm de largura, 50 cm de profundidade e 72cm de altura, para cada armário desta tipologia.	5		R\$ 0,00
25	Armário Arquivo	Armários executado em chapas de MDF (Medium-density Fiberboard) com acabamento laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). O móvel deve apresentar 2 portas com dobradiças embutidas realizando o movimento máximo de abrir, as portas. As portas devem possuir fechadura instalada e puxadores metálicos. Internamente deve conter 5 prateleiras na mesma materialidade no móvel. Os pés devem ser dotados de sapatas reguláveis. Dimensões aproximadas de 80 cm de largura, 50 cm de profundidade e 160 cm de altura, para cada armário desta tipologia.	3		R\$ 0,00
26	Baú Canto Alemão	Canto alemão modular do tipo baú, com estrutura em chapas de MDP ou MDF com acabamento laminado melamínico na cor madeira natural avermelhada (referência Louro Freijó ou equivalente). O móvel deve apresentar 1 porta com dobradiças embutidas com amortecedores, realizando o movimento máximo basculante na parte superior, a porta possui puxador do tipo cava ou concha redonda. Dimensões internas aproximadas de 1,20 m de largura, 52 cm de profundidade e 45 cm de altura, para cada baú desta tipologia. Carga máxima suportável: 120kg/assento e 15kg/baú.	2		R\$ 0,00
27	Baú Canto Sapateira	Banco modular do tipo baú, com estrutura em chapas de MDP ou MDF com acabamento laminado melamínico na cor madeira natural avermelhada (referência Louro Freijó ou equivalente). O móvel deve apresentar 1 porta com dobradiças embutidas com amortecedores, realizando o movimento máximo basculante na parte superior, a porta possui puxador do tipo cava ou concha redonda. No nicho referente a sapateira, deve conter internamente 1 prateleira na mesma materialidade no móvel. Dimensões internas aproximadas: 1,20m de largura, sendo 0,60 m para o baú e os outros 0,60m dedicados à sapateira; 52 cm de profundidade e 45 cm de altura, para cada baú desta tipologia. Carga máxima suportável: 120kg/assento e 15kg/baú.	2		R\$ 0,00
28	Móvel Aparador Para café	Armário executado em chapas de MDP com acabamento laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). O móvel deve apresentar 3 portas com dobradiças embutidas realizando o movimento máximo de abrir, as portas possuem puxadores do tipo cava ou concha redonda. Internamente deve conter 1 prateleira interna na mesma materialidade no móvel. Os pés devem ser dotados de rodízios. Dimensões aproximadas de 90 cm de largura, 33 cm de profundidade e 54 cm de altura.	1		R\$ 0,00
29	Mesa de Escritório	Mesa de escritório com tampo e painel frontal executado em MDP de aproximadamente 18 mm com acabamento laminado melamínico na cor branca ou cinza (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). No tampo da mesa deve constar elemento para passar fios. Painel frontal em MDP com aproximadamente 18mm de espessura e características de acabamento na cor branca ou cinza. A estrutura de sustentação deve ser dotada de apoios em aço com acabamento do tipo pintura eletrostática fosca ou acelinada na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Dimensões aproximadas de 120 cm de largura, 60 cm de profundidade e 73 cm de altura, para cada mesa desta tipologia.	6		R\$ 0,00
30	Mesa Palestrante	Mesa reta com tampo e pés executado em MDP com 25 mm, com chapas dispostas na forma de arco homogêneo, acabamento em laminado melamínico na cor branca ou cinza (referência Formica L515 Branco Real, Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Painel frontal em MDP com aproximadamente 18mm de espessura e características de acabamento nas cores branca ou cinza já especificadas. Pé painel com ponteiros sextavados reguláveis. Dimensões aproximadas de 150 cm de largura, 70 cm de profundidade e 73 cm de altura, para cada mesa desta tipologia.	4		R\$ 0,00
31	Mesa Modular	Mesa trapezoidal empilhável, modular, forma grupos de 06 mesas, executada em MDP com aproximadamente 18mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Bordas do tampo retas e com arestas arredondadas. Estrutura tubular de aço adotando acabamento em pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Base frontal com rodízios e demais apoios da base com sapatas fixa. Dimensões aproximadas de 0,72m de largura, 0,52m de profundidade e 0,71m de altura.	50		R\$ 0,00
32	Mesa de Canto	Mesinha de apoio quadrada em MDP com aproximadamente 18 mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). Bordas do tampo retas e com arestas arredondadas. Estrutura trapezoidal em aço, adotando acabamento em pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Dimensões aproximadas de 0,60m de largura, 0,60m de profundidade e 0,53m de altura.	2		R\$ 0,00
33	Mesa Redonda	Mesa redonda com tampo em MDP com aproximadamente 18 mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor branca (referência Formica L515 Branco Real ou equivalente). Estrutura do tipo coluna central e base em aço, adotando acabamento em pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Diâmetro aproximado de 1,10m e altura em torno de 0,73 m.	2		R\$ 0,00
34	Mesa de Apoio	Mesa de apoio com tampo em MDP com aproximadamente 18 mm de espessura e acabamento em laminado melamínico na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Estrutura em aço e painel frontal em MDP com aproximadamente 18mm de espessura, adotando acabamento pintura eletrostática na cor cinza (referência Pantone Cool Gray 8CP ou equivalente). Dimensões aproximadas de 0,90m de largura, 0,60m de profundidade e 0,73m de altura.	2		R\$ 0,00
35	Suporte para tapete De yoga	Rack para Tapete de loga para montagem em parede 9 Camadas, Material: Aço Ferro, Altura aproximada: 155 cm, Cor: Preto ou Branco, - Capacidade de armazenamento: 9 tapetes de ioga, acompanhamento de acessórios de montagem, impermeável, anti-ferrugem, serviço incluso de instalação. Superfície deve ser revestida com anti-oxidação e camada de tinta à prova d'água.	2		R\$ 0,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					R\$ 0,00

_____ de _____ de 2024.

(Assinatura do representante legal)



**ANEXO IV DO EDITAL – MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES
CONTIDAS NO EDITAL E NOS SEUS ANEXOS**

PREGÃO ELETRÔNICO

(Processo Administrativo nº 13075.180969/2024-17)

Ao Sr Pregoeiro

A Empresa _____, CNPJ nº _____,
sediada/residente/domiciliado no endereço (completo com CEP), por meio de seu representante legal,
declara está ciente e concorda com todas as condições previstas no edital e seus anexos, bem como que
cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Localidade, UF, ____ de _____ de 202__.

NOME DO REPRESENTANTE

CNPJ/CPF:

Função